



>>> continuação

DETEN QUÍMICA S.A. CNPJ Nº 13.546.106/0001-37

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2018 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais - A Deten Química S.A. ("Deten" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Pólo Petroquímico de Camaçari - Bahia e tem como controladores a Petresa Participações Ltda. (69,94% do capital total) e PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A. (27,88% do capital total). A Companhia tem como objeto social a produção de matérias-primas para a fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, a comercialização de produtos químicos de sua fabricação ou de terceiros, inclusive a importação e exportação e, ainda, a participação em outras sociedades. As demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria e pelo Comitê Executivo da Companhia em 10 de abril de 2019. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis** - As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 2.1. **2.1. Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir. **(a) Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de passivos financeiros (inclusive instrumentos de *hedge*) e ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **(b) Conversão de moedas estrangeiras** - **(i) Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nessas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$). **(ii) Transações e saldos** - As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, contas a pagar e a receber e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **(c) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses da contratação, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **(d) Instrumentos financeiros** - Conforme permitido pelas regras de transição do CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017. Não houve mudanças ou eventos que indicassem a necessidade de ajustes no ano de 2018. **(i) Classificação** - Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificava seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial como empréstimos e recebíveis. A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a classificar seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a seguinte categoria: custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **(ii) Reconhecimento e desreconhecimento** - A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do CPC 48. Subsequentemente, até 31 de dezembro de 2017, os ativos financeiros eram baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tivesse transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A partir de 1º de janeiro de 2018, as compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **(iii) Mensuração** - No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **(iv) Impairment** - A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Em 2018 foi feito um ajuste no montante de R\$1.461 mil (2017 - R\$1.089 mil). **(e) Atividades de hedge** - A Deten adota contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a proteção da volatilidade da variação cambial em seu resultado. Como objeto de *hedge* a Deten designou suas exportações altamente prováveis e como instrumento de *hedge* a Deten utilizou seus passivos em moeda estrangeira para fins de proteção da sua exposição cambial. No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica financeira entre o instrumento de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo o objetivo de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade e por consequência mensurar a inefetividade da relação. A Companhia faz uma avaliação da relação, avaliando se o instrumento de *hedge* é eficaz na compensação das variações cambiais dos itens objeto de *hedge* pelo período para o qual o *hedge* é designado. A parcela efetiva das variações do fluxo de caixa do instrumento designado como instrumento de *hedge* é registrada no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela ineficaz é reconhecido no resultado do exercício, em receitas (despesas) financeiras, líquidas. Os valores acumulados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício nos exercícios e rubricas em que o item protegido afetar o resultado. Quando um instrumento de *hedge* vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido e os custos de *hedge* acumulados no patrimônio, naquele momento, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativo e os custos de *hedge* diferidos que haviam sido apresentados no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado. A eficácia de *hedge* é determinada no surgimento da relação de *hedge* e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. **(f) Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **(g) Estoques** - Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de produção, matérias-

primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **(h) Depósitos judiciais** - Os depósitos judiciais são registrados inicialmente pelo valor justo, ou seja, o valor efetivamente depositado judicialmente, e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na SELIC até a data do encerramento do exercício. **(i) Almojarifado** - O saldo de almojarifado é demonstrado ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação do almojarifado é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **(j) Tributos a recuperar** - Os impostos a recuperar são registrados pelo regime de competência de acordo com as operações realizadas, e segregados entre o circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização. **(k) Investimentos** - A participação em sociedade controlada (Detenpar Empreendimentos Ltda. - "Detenpar") é avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Essa controlada não possui operações e, basicamente, seu ativo é composto por mútuo com a Companhia em contrapartida do patrimônio líquido, os quais seriam, totalmente eliminados em um eventual processo de consolidação das demonstrações financeiras. Diante desse cenário, a Companhia considerou que a não apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a sua única controlada, não prejudicaria o entendimento e a apresentação das demonstrações financeiras como um todo, além da não consolidação ser facultada conforme pronunciamento técnico CPC 36, parágrafo 4º. **(l) Imobilizado** - Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme Nota 10. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando necessário, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados da venda ou baixa com o valor contábil e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **(m) Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos que não estão sujeitos a amortizações são revisados pelo menos anualmente para determinar se as circunstâncias presentes continuam a suportar a avaliação de vida útil indefinida para o ativo. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Não houve mudanças ou eventos que indicassem a necessidade de ajustes no ano de 2018. **(n) Intangível** - As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software e usá-lo;
- O software pode ser usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, pelas taxas anuais apresentada na Nota 11. **(o) Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **(p) Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **(i) Os empréstimos apresentados referem-se a:** Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), em moeda estrangeira (dólar estadunidense), com taxas de juros que variam de 3,72% a 4,17% a.a.. Esses adiantamentos estão relacionados às exportações de produtos da Companhia. Empréstimos do BNDES, em moeda nacional, com taxa de 9% a.a.; empréstimos do BNB, em moeda nacional, com taxa de 10% a.a.; empréstimos do Banco do Brasil, em moeda nacional, com taxa de 6,5% a.a. e empréstimo intercompany da Cepisa Química, remunerado a juros LIBOR três meses + 2,56% a.a.. No passivo não circulante constam parcelas dos empréstimos do BNDES, BNB, Banco do Brasil e intercompany da CEPISA. **(q) Provisões para contingências** - As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **(r) Imposto de renda corrente e diferido** - As despesas de imposto de renda do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na extensão em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso e quando aplicável, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, respectivamente. O encargo de imposto de renda é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A Companhia não é contribuinte da contribuição social sobre o lucro líquido (Nota 16 (b)). O imposto de renda corrente é apresentado líquido no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de

renda diferido é reconhecido usando-se o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **(s) Outras Obrigações** - **(i) Benefícios pós-emprego** - A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida. Atualmente, a Companhia possui 48 participantes, sendo todos assistidos. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuariários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes dos aumentos ou reduções no valor presente da obrigação do benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e os ajustes pela experiência, devem ser reconhecidos integralmente na data das demonstrações financeiras. O regulamento do Plano de Benefício Definido não prevê que o ativo atuarial possa ser usado para reduzir contribuições futuras de patrocinadoras ou que possa ser reembolsado, assim a Companhia não efetuou qualquer registro relativo a esses ativos. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego por um período de tempo específico (período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido. Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. **(t) Participação nos lucros** - A participação dos empregados e administradores no resultado é provisionada com base em metas operacionais, sendo que tais valores estão sujeitos à aprovação de Assembleia Geral Ordinária. **(u) Bonificações e comissões a pagar** - As bonificações e comissões a pagar são calculadas de acordo com as condições contratuais que são vinculadas às compras efetuadas pelos clientes, e são contabilizadas pelo regime de competência. A Companhia possui política de bonificações aos seus clientes baseadas principalmente em exclusividade e volume. As bonificações são calculadas com base no preço contratado e no volume de compras realizadas no mês anterior, líquido de devoluções. As bonificações por volume são avaliadas com base nas compras anuais previstas e são registradas no resultado em conta redutora à receita quando o volume atinge a quantidade que dá direito à bonificação. **(v) Apuração do resultado** - O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência dos exercícios. A receita compreende o valor presente pela venda de mercadorias e é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. **(w) Reconhecimento da receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(i) Venda de produtos** - A Companhia fabrica e vende matérias-primas para fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral sendo, substancialmente, Linear Alquilbenzeno (LAB) e Ácido Alquilbenzeno Sulfônico (LAS). As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia entrega os produtos para os respectivos clientes e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos. Quando a Companhia é responsável pela entrega, a receita não é reconhecida até que: (i) os produtos tenham sido entregues no local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para os clientes; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **(ii) Receita financeira** - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **(x) Distribuição de dividendos** - A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária. **(y) Representação das cifras comparativas** - Como resultado das mudanças nas políticas contábeis da entidade, as demonstrações financeiras do exercício anterior estão sendo reapresentadas. Conforme explicado abaixo, o CPC 48 foi adotado sem a reapresentação da informação comparativa. As reclassificações e os ajustes decorrentes das novas regras de *impairment* não se encontram, portanto, refletidos no balanço ajustado de 31 de dezembro de 2017, sendo reconhecidos no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2018. Em 2018, foram identificados ajustes de exercício anterior, e a transferência do longo para o curto prazo das parcelas do intercompany, vencidas até 31 de dezembro de 2018. **(i) Efeitos da reapresentação** - Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

	31 de dezembro de 2017		
	Original	Intercompany	Reapresentado
Balanço patrimonial			
Ativo			
Circulante	305.388		305.388
Não Circulante	438.014		438.014
Total do Ativo	743.402		743.402
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	125.206	31.426	156.632
Não circulante	225.664	(31.426)	194.238
Patrimônio líquido	392.532		392.532
Total do passivo e patrimônio líquido	743.402		743.402

(z) Capital Social - As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. **2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações** - As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e não tiveram impactos materiais para a Companhia: **• CPC 48** - A administração da Companhia avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que diante das novas classificações / mensurações, abrangendo todos os ativos e passivos financeiros, não há impactos relevantes nos registros já feitos a respeito da aplicação do CPC 48.

Continua>>>

>>> continuação

DETEN QUÍMICA S.A. CNPJ Nº 13.546.106/0001-37

Ativo financeiro	Deten Química	Teste SPPI	Efeito de impairment	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Sim	As entidades possuem operações somente com instituições de primeira linha com baixo risco de crédito, por isso, não avaliou perda esperada material.	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Cientes	Custo amortizado	Sim	A Deten é a única produtora de LAB e LAS (matérias primas para detergentes biodegradáveis) no mercado Brasileiro, cuja carteira de clientes é de longa data, todos possuem sólida capacidade financeira e bons resultados em seus negócios, não existindo histórico de inadimplência e perdas com operações. Razão da estimativa como possível perda para essas operações ser baixo (1,5% ou próximo de zero).	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Dividendos	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Encargos setoriais	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Empréstimos	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros

• **CPC 47** - A administração da Companhia avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que os processos existentes contemplam os requisitos que devem ser percorridos para a implementação das novas normas, logo não há impactos relevantes nos registros já feitos a respeito da aplicação do CPC 47.

Requisitos	Procedimento anterior	Adequação necessária
i. Aprovação de contrato entre as partes;	Formalização da negociação através de contrato onde partes são devidamente identificadas e, esses contratos, são assinados por responsáveis/representantes das empresas.	Nenhuma
ii. Identificação de todas as obrigações de cada parte e garantindo que tenha substância comercial;	Os contratos têm uma minuta padrão que é alinhada à negociação firmada entre as partes, descrevendo detalhadamente as obrigações assumidas.	Nenhuma
iii. Identificação dos valores e termos de pagamento para o contrato;	No contrato é informado o valor por toneladas de produto, e a forma de pagamento que deve ser atendida para quitação das faturas emitidas.	Nenhuma
iv. Alocação de preços;	No contrato é informado o valor por toneladas de produto, e a forma de pagamento que deve ser atendida para quitação das faturas emitidas.	Nenhuma
v. Reconhecimento da Receita.	A receita é reconhecida no momento em que a responsabilidade do bem é transferida para o cliente.	Nenhuma

3. Estimativas e julgamentos, contábeis críticos - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período. **3.1. Vida útil dos bens do imobilizado** - A Companhia revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos. **3.2. Imposto de renda corrente e diferido** - As despesas de imposto de renda do exercício compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na extensão em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso e quando aplicável, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, respectivamente. O encargo de imposto de renda é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A Companhia não é contribuinte da contribuição social sobre o lucro líquido (Nota 16 (b)). O imposto de renda corrente é apresentado líquido no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda diferido é reconhecido usando-se o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. **3.3. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civis** - A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pela Companhia. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. **3.4. Benefícios pós-emprego** - O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 23. **4. Pronunciamentos técnicos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2018** - A seguinte nova norma foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. • **CPC 06/ R2 - "Operações de Arrendamento Mercantil"**: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06/ R2 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o CPC 06/ R2 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Companhia está avaliando o impacto da referida norma, contudo não espera efeitos relevantes por existir poucas operações de arrendamentos mercantis relacionados a equipamentos de informática, inclusive com valores unitários inferiores a 5 mil dólares. Esta norma é obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A administração pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Não há outras normas CPC ou interpretações ICPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **5. Caixa e equivalentes de caixa** - A Companhia busca manter disponibilidade de numerários suficiente para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados no plano de negócios; (iii) para pagamentos de dividendos; e (iv) às eventuais condições adversas resultantes de decisões judiciais.

	2018	2017
Caixa	2	2
Bancos conta movimento	252	1.386
Títulos e valores mobiliários - CDB pós-fixada	21.691	24.015
	21.945	25.403

Em 31 de dezembro de 2018, os CDBs foram remunerados por uma taxa média de 97,33% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações possuem liquidez imediata pelas taxas contratadas ou resgatáveis no prazo de 90 dias da data da aplicação e foram contratadas em condições normais com instituições financeiras, sendo que os respectivos rendimentos ou encargos financeiros estão contabilizados pela taxa efetiva de juros, tais operações já estão contabilizadas a valor de mercado.

6. Contas a receber de clientes

	2018	2017
Clientes no país	114.161	89.129
Clientes no exterior	13.556	10.471
Clientes partes relacionadas	409	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.601)	(1.277)
	125.525	98.323
	2018	2017
	126.527	98.317

	2018	2017
A vencer	88	2
Vencidos	-	3
Até 30 dias	1.510	1.277
De 30 a 60 dias	-	-
Acima de 300 dias	128.125	99.600

7. Estoques

	2018	2017
Produtos acabados	93.291	64.239
Produtos em processo	228	1.368
Matérias-primas	66.903	44.344
Almoxarifado (a)	15.404	15.512
Importações em andamento (b)	962	22.754
Adiantamento a fornecedores	2.681	1.212
Materiais secundários	11.118	15.650
	190.587	165.079
	181.444	156.726
Circulante	9.143	8.353
Não circulante	-	-

10. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros (a)	Total em operação	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.824	6.914	115.579	104	933	25.786	151.140	86.455	237.595
Aquisições	-	-	-	-	-	8.753	8.753	54.894	63.647
Baixas Líquidas	-	-	-	-	(1)	-	(1)	-	(1)
Transferências por conclusão de projetos (b)	-	10.502	135.640	10	(23.305)	122.847	122.847	(122.864)	(17)
Depreciação	-	(363)	(9.647)	(15)	(82)	(9)	(10.117)	-	(10.117)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.824	17.053	241.572	89	859	11.225	272.622	18.485	291.107
Custo total	1.824	25.531	471.704	596	3.098	14.507	517.261	18.485	535.746
Depreciação acumulada	-	(8.478)	(230.132)	(507)	(2.239)	(3.282)	(244.639)	-	(244.639)
Valor residual	1.824	17.053	241.572	89	859	11.225	272.622	18.485	291.107
Aquisições	-	-	-	-	-	6.514	6.514	13.209	19.723
Baixas Líquidas	-	-	(21)	-	(4)	-	(25)	-	(25)
Transferências por conclusão de projetos (b)	-	1.848	20.140	180	305	(7.673)	14.800	(14.323)	477
Depreciação	-	(418)	(11.344)	(33)	(82)	(9)	(11.887)	-	(11.887)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.824	18.483	250.346	235	1.078	10.058	282.024	17.371	299.395
Custo total	1.824	27.379	491.778	776	3.386	13.350	538.493	17.371	555.864
Depreciação acumulada	-	(8.896)	(241.431)	(541)	(2.308)	(3.292)	(256.469)	-	(256.469)
	1.824	18.483	250.346	235	1.078	10.058	282.024	17.371	299.395
Taxas anuais de depreciação - %		2	3 a 5	10	3 a 5	Até 2			

(a) Refere-se substancialmente a itens em almoxarifado (itens de reposição) que a entidade espera usar em mais de um período. Em 2018 foi concluída a ampliação da unidade de produção de LAB (Deten II) já existente, gerando um acréscimo na capacidade produtiva correspondente a 30.000 TM ano, o que irá permitir o pleno atendimento da demanda do mercado brasileiro de detergentes. A depreciação do exercício alocada ao custo de produção é de R\$11.604 (2017 - R\$9.820) e a despesa, R\$284 (2017 - R\$298). Conforme descrito na Nota 13 (a), certos bens do ativo imobilizado foram dados em garantia para operações de empréstimos. As obras em andamento correspondem, principalmente a melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos, cujos prazos de encerramento médios estão previstos para 31 de dezembro de 2019. A Companhia adota como prática contábil o registro dos gastos com paradas programadas para manutenção diretamente no custo de fabricação quando realizadas, visto que estas são efetuadas anualmente. No exercício de 2018, foi alocado ao resultado o montante de R\$7.763 (2017 - R\$6.834) relativos à respectiva parada.

11. Intangível

	Licenças de software (a)	Marcas e patentes	Licença de tecnologia (b)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	9.951	81	51.976	62.008
Aquisições	1.322	-	-	1.322
Amortização	(1.546)	-	-	(1.546)
	9.727	81	51.976	61.784
Saldos em 31 de dezembro de 2017	9.727	81	51.976	61.784
Aquisições	3.253	-	95	3.348
Amortização	(1.476)	-	-	(1.476)
	1.777	-	95	1.872
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11.504	81	52.071	63.656
Custo total	17.227	81	52.071	69.379
Amortização acumulada	(5.723)	-	-	(5.723)
	11.504	81	52.071	63.656

Taxas anuais de amortização - %
 (a) As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. (b) O saldo classificado como licença para uso de tecnologia refere-se ao custo incorrido com a aquisição de tecnologia industrial para ampliação da capacidade de produção de LAB. Uma vez que (i) o contrato de aquisição da licença com terceiros não estabelece prazo para uso da tecnologia; (ii) essa tecnologia irá gerar benefícios econômicos futuros por um prazo de tempo indeterminado; e (iii) a tecnologia não possui vida útil definida, o ativo intangível reconhecido não está sendo amortizado. A vida útil desse ativo é revisada pelo menos anualmente para determinar se as circunstâncias presentes continuam a suportar a avaliação de vida útil indefinida para o ativo. (c) A amortização do exercício alocada ao custo de produção é de R\$47 (2017 - R\$95) e a despesa, R\$1.429 (2017 - R\$1.451). (d) As aquisições são apresentadas com efeito líquido das adições com as transferências. O valor referente as adições de intangível no ano de 2018 foi de R\$3.826 (2017 - R\$1.306).

12. Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores no país	14.246	15.784
Fornecedores no exterior	53	44
Fornecedores partes relacionadas	29.537	22.740
	43.836	38.569

13. Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquido dos custos de transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração

(a) Os estoques de almoxarifado são compostos principalmente por peças de reposições para a unidade fabril, materiais de escritório, entre outros os materiais de proteção e segurança (EPI's). As peças de reposição mantidas no almoxarifado cuja expectativa de consumo supera um (ano) estão classificadas no ativo não circulante. (b) Refere-se à importação em andamento de matéria prima e peças de reposição. O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R\$853.208 (2017 - R\$716.716).

8. Tributos a recuperar

	2018	2017
ICMS	27.143	21.839
COFINS	1.845	6.964
PIS	400	1.535
IPI	288	164
Imposto de Renda	-	27
IRRF sobre aplicações financeiras	161	88
IRPJ Diferido	9.283	-
Outros	39	21
	39.159	30.637
Circulante	24.901	21.131
Não circulante	14.258	9.506

9. Investimentos

	2018	2017
Investimento em controlada	3.742	3.744
Outros investimentos avaliados ao custo	430	418
	4.172	4.163

a) Informações sobre o investimento em controlada - Detenpar

	2018	2017
Quantidade de quotas possuídas (em milhares)	483	483
Participação no capital integralizado - %	100	100
Patrimônio líquido ajustado	3.742	3.744
Prejuízo do exercício	(2)	(10)

b) Movimentação do investimento em controlada - Detenpar

	2018	2017
Saldo do investimento no início do exercício	3.744	3.755
Equivalência patrimonial	(2)	(10)
Saldo do investimento no final do exercício	3.742	3.744

A controlada Detenpar Empreendimentos Ltda. ("Detenpar") atualmente encontra-se com as atividades operacionais paralisadas. A Administração da Companhia avalia um novo objetivo social para essa controlada.

do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

	Encargos financeiros	2018	2017
Passivo circulante			
Moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio (i)	U.S. dólar + juros de 3,72% a 4,17% a.a.	20.111	20.384
Moeda nacional			
BNDES (ii)	9% a.a.	7.468	7.363
Banco do Brasil (iii)	6,5% a.a.	4.102	2.056
BNB (iv)	10% a.a.	14.373	5.263
		46.054	35.066
Passivo não circulante			
Moeda nacional			
BNDES (ii)	9% a.a.	7.434	14.605
Banco do Brasil (iii)	6,5% a.a.	23.693	13.810
BNB (iv)	10%	28.468	30.857
		59.595	59.272

(i) Os ACCs possuem vencimento de curto prazo e não possuem garantia. (ii) Em 4 de dezembro de 2012 a Companhia obteve a aprovação para liberação do financiamento de longo prazo no montante de R\$38.087. Até 31 de dezembro de 2017, ocorreram liberações pelo BNDES totalizando R\$31.121 (2016 - R\$19.112). As operações contratadas junto ao BNDES têm carência média de 36 meses e as prestações são mensais e consecutivas, vencendo a última em 15 de dezembro de 2021. (iii) Em setembro de 2014 a Companhia obteve aprovação para liberação de financiamento de longo prazo, no montante de R\$31.256 com o Banco do Brasil. Até o ano de 2015 ocorreram liberações totalizando R\$15.448 e em 2018 ocorreu a última liberação no montante de R\$15.808. As exigibilidades decorrentes do contrato, incluindo os encargos financeiros, serão pagas em 18 (dezoito) prestações semestrais consecutivas, vencendo a última em 1º de dezembro de 2025. (iv) Em dezembro de 2016 a Companhia obteve aprovação para liberação do financiamento de longo prazo, no montante de R\$50.137. Em Junho de 2017 ocorreram liberações pelo Banco do Nordeste no valor de R\$36.000 e em 2018 ocorreu a última liberação no montante de R\$13.818. As exigibilidades decorrentes do contrato, incluindo os encargos financeiros, serão pagas em 42 (quarenta e duas) prestações mensais e consecutivas, vencendo a última em dezembro de 2021. **a) Garantias** - Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o BNDES, a Companhia concedeu a título de garantia a 1ª hipoteca do imóvel de sua propriedade no Polo Petroquímico de Camaçari, que inclui o terreno, edificações, máquinas e equipamentos. E para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o Banco do Brasil, a Companhia concedeu a título de garantia o registro de cobrança, na proporção mínima de 150% da dívida que vise a amparar os créditos que tenham a receber decorrente das vendas de produtos. Contudo, em 4 de maio de 2017 substituiu a garantia anterior por carta de fiança do banco Santander. E para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o Banco do Nordeste do Brasil, a Companhia concedeu a título de garantia a carta de fiança do banco Santander. **b) Cláusulas restritivas financeiras** - Banco do Brasil: o indicador dívida financeira bruta/EBITDA não ultrapassar 3 x durante todo o contrato; • BNDES: o indicador Patrimônio Líquido / Ativo Total deverá ser igual ou superior a 0,3 e a Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia encontrava-se adimplente em relação às cláusulas restritivas financeiras. **c) Capitalização de juros** - A Companhia realiza a capitalização de custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis a ativos qualificáveis. Nos exercícios finds em 31 de dezembro de 2017 foi R\$1.556 e no ano de 2018 não ocorreu capitalização. Os empréstimos e financiamentos apresentaram a movimentação

Continua>>>



>>> continuação

DETEEN QUÍMICA S.A. CNPJ Nº 13.546.106/0001-37

conforme demonstrado a seguir:

Table with columns for Circulante, Amortização, Variação cambial, Transfêrência, and 2017. It details financial movements for ACC - Adiantamento de contrato de câmbio and ACE - Adiantamento de contrato de exportação.

Os saldos registrados no passivo não circulante possuem vencimento conforme demonstrado a seguir:

Table showing the maturity schedule of non-circulating liabilities from 2019 to 2022, with values in Brazilian Reals.

14. Saldos e transações com partes relacionadas - a) Transações e saldos

Table showing balances and transactions with related parties, categorized into Ativo circulante, Passivo circulante, and Passivo não circulante.

Table showing sales of products and finished goods, with columns for Vendas de produtos and Produtos acabados adquiridos.

As transações entre partes relacionadas são realizadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. a) Transações e saldos - (i) As vendas de produtos estão representadas por transações relativas à venda de ALP - Alquilado Pesado e LAB - Alquilbenzeno Linear.

A Administração da Companhia entende que em caso de decisão final desfavorável do processo judicial que discute as autuações da CSLL, tal tributo somente será devido prospectivamente, quando da referida decisão judicial final (Nota 16(b)).

Table showing tax provisions for deferred income tax, including Imposto de renda diferido ativo and passivo.

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

Table showing the liquid movement of the deferred income tax account, detailing provisions and adjustments.

Table showing profit before tax and fiscal adjustments, including Lucro antes do imposto de renda and Alíquota fiscal de 25%.

Table showing deferred tax assets and liabilities, including Ativo de imposto diferido and Passivo de imposto diferido.

16. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e depósitos judiciais - A Companhia questiona judicialmente a legalidade da cobrança de determinados impostos e contribuições incidentes sobre suas operações.

Table showing judicial deposits and provisions, including Depósitos judiciais and Provisão.

(a) IPI e II sobre importações de catalisadores - A Companhia discute judicialmente a incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação sobre a importação de catalisadores enviados para regeneração no exterior.

(2017 - R\$1.180). (b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Em 2002, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") referente aos exercícios fiscais de 1997 a 2002.

(2017 - R\$1.180). (b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Em 2002, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") referente aos exercícios fiscais de 1997 a 2002.

no processo do Mandado de Segurança, o qual foi negado provimento por unanimidade pelo TRF. Em 24 de outubro de 2012 a União interpôs o Recurso Especial e Recurso Extraordinário, e a Companhia apresentou suas contra razões, pendentes de apreciação pelos respectivos Tribunais.

Atções ordinárias 96.973.174
Atções preferenciais classe "A" 33.929
Atções preferenciais classe "B" 2.320.666

Não houve movimentação de ações no exercício e, dessa forma, o lucro básico e diluído por ações é igual. Todas as ações da Companhia não possuem valor nominal. b) Direitos das ações - As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos, em dinheiro, até o limite de 6% ao ano.

Table showing the distribution of dividends, including Lucro líquido do exercício and Dividendos mínimos e obrigatórios.

(i) Essa classe de ação faz jus apenas aos dividendos mínimos, conforme estatuto. A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais em 2018 no montante de R\$62.214 (2017 - R\$45.335), registrados no patrimônio líquido, até a deliberação definitiva posterior em ata de Assembleia Geral.

Table showing sales of products, including Vendas brutas de produtos and Mercado interno.

20. Despesas com vendas
Frete sobre vendas 37.206
Armazenagem 9.954
Pessoal 3.818
Outras despesas 848

Table showing general and administrative expenses, including Gastos com pessoal, Serviços advocatícios, Viagens e hospedagens.

Continua >>>



>>> continuação

DETEN QUÍMICA S.A. CNPJ Nº 13.546.106/0001-37

	Nota	2018	2017
22. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas			
Honorários dos administradores	14. b	(1.986)	(1.788)
Depreciações e amortizações	10 e 11	(1.712)	(1.748)
Participação dos empregados e administradores nos resultados		(3.093)	(3.156)
Outras Receitas e Despesas Eventuais		2.575	1.761
Outros		(517)	255
		(4.733)	(4.676)
23. Resultado financeiro			
Despesas financeiras			
Varição monetária passiva		(71)	(79)
Varição cambial passiva		(4.995)	(2.143)
Despesas de juros (a)		(17.783)	(11.937)
		(22.849)	(14.159)
Receitas financeiras			
Receitas de aplicações financeiras		2.403	2.564
Receitas de juros (a)		624	199
Varição monetária ativa		1.450	2.754
Varição cambial ativa		5.225	1.199
		9.702	6.716

(a) As despesas e receitas com juros referem-se a operações negociadas junto a clientes e instituições financeiras. **24. Entidade de Previdência Privada - Fundo Multipatrocinado IHPREV** - A Companhia contribui para um plano de benefícios previdenciários de contribuição definida a seus empregados, o qual é administrado pelo Fundo Multipatrocinado IHPREV ("IHPREV") e mantém um plano na modalidade de benefício definido saldaado, sendo vedadas novas adesões. A IHPREV tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Oficial. Para consecução de seus objetivos a IHPREV recebe contribuições mensais das empresas mantenedoras e de seus participantes, calculadas atuarialmente com base na remuneração mensal dos empregados. As contribuições da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, totalizaram R\$2.372 (2017 - R\$2.416). Conforme disposição estatutária da IHPREV, até 1997 as empresas patrocinadoras são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratadas pela IHPREV com seus participantes e dependentes, calculados atuarialmente. Conforme Regulamento do Novo Plano de Previdência, a Companhia continua com as obrigações inerentes ao antigo plano de benefícios para os participantes assistidos (48 funcionários). No Novo Plano de Contribuição Definida não existe essa obrigação (181 funcionários). Os planos de benefícios previdenciários foram avaliados atuarialmente e as principais premissas atuariais utilizadas (expressas por médias ponderadas) são demonstradas conforme segue:

	2018	2017
Taxa de desconto da obrigação atuarial	Plano BD 9,10% e Plano CD 7,58%	Plano BD 9,90% e Plano CD 8,50%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	Plano BD 9,10% e Plano CD 7,58%	Plano BD 9,90% e Plano CD 8,50%
Aumentos salariais futuros (N/A para plano BD)	4,00%	8,52%
Aumentos futuros de benefícios (N/A para o plano CD)	4,00%	4,85%

Os valores justos, não auditados, dos ativos do plano, no montante de R\$22.031 (2017 - R\$19.479) para o plano BD e de R\$709 (2017 - R\$389) referente ao plano CD foram apurados com base nos parâmetros de mercado existentes em 31 de dezembro de 2018, ou quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontado a valor presente. Com base no parecer do atuário independente, de janeiro de 2019, no que tange ao plano CD foi apurado ativo atuarial, determinado pelo Método do Crédito Unitário Projetado, no montante de R\$507 (2017 - R\$190), conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017
Ativo líquido de benefício definido/(passivo)	507	190
Valor presente da obrigação atuarial	(21)	(172)
Valor justo dos ativos do plano	709	389
Superávit do plano	688	217
Mudança no efeito do limite do ativo	(181)	(27)
Custo de benefício definido	2018	2017
Custo de serviço corrente	187	6
Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo/(ativo)	(16)	(32)
Remensuração dos efeitos reconhecidos em ORA	(488)	119
Custo do benefício definido	(317)	94

	2018	2017
Outros resultados abrangentes		
(Ganhos)/perdas atuariais de evolução do passivo	(350)	126
(Ganhos)/perdas atuariais de alterações de hipóteses	(3)	2
(Ganhos)/perdas atuariais que surgiram no período	(353)	128
Rendimento sobre os ativos do plano (maior)/menor que a taxa de desconto	(287)	26
Mudança no superávit irrecuperável	152	(35)
Remensuração dos efeitos reconhecidos em ORA	(488)	119

Como o regulamento do Plano de Benefício Definido não prevê que o ativo atuarial possa ser usado para reduzir contribuições futuras de patrocinadoras ou que possa

ser reembolsado, a Companhia não efetuou qualquer registro relativo a esses ativos. Até a presente data, as demonstrações financeiras da IHPREV, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não estavam disponíveis, e a Companhia não foi solicitada a efetuar qualquer complementação das reservas técnicas, visto não existir déficits. **25. Cobertura de seguros (Não auditado)** - A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, por meio da contratação de seguros na modalidade "all risks", com fixação de valor para dano máximo provável. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. O escopo do trabalho de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

Ramos	Importância segurada
Responsabilidade civil	45.000
Multiriscos (estoques em poder de terceiros)	33.000
Riscos operacionais, incluindo os lucros cessantes	2.317.910
Responsabilidade civil administradores e diretores	30.000
Veículos	228
Riscos de engenharia (obras civis em construção e instalação e montagem)	-
	2.426.138

26. Gestão de risco financeiro - 26.1. Fatores de risco financeiro - A Companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa, garantir o fornecimento de matéria-prima e manter seu endividamento em níveis compatíveis. Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de mecanismos do mercado financeiro que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio. A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. **a) Risco de mercado - Risco de taxa de câmbio** - Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía ativos e passivos líquidos denominados em dólares estadunidenses nos montantes de R\$13.965 e R\$196.265 (2017 - R\$10.659 e R\$200.045), respectivamente, não tendo contratado instrumento para proteger essa exposição nessa data. **b) Risco de crédito** - A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras são administrados pela Companhia de forma a manter ativos apenas em instituições financeiras renomadas. **c) Risco com taxa de juros** - O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de sua volatilidade. A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes de caixa indexada à variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme dados retirados no informe do Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 28 de dezembro de 2018, indicaram uma taxa mediana (Top 5) efetiva da SELIC estimada em 6,5%, cenário provável para o ano de 2019, ante a taxa atual de 6,5%. Os números atuais e projetados da SELIC representam as medidas econômicas adotadas pelo governo federal que visam conter a inflação no país. **d) Risco de liquidez** - A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósito a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, selecionando instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer a margem necessária, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantém aplicações em Certificado de Depósitos Bancários ("CDB's") de curto prazo no montante de R\$21.691 (2017 - R\$24.016), e se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. **Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros** - Além do cenário provável, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da resolução nº 1.198/09, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com aumento e deterioração de 25% (cenário II) e aumento e deterioração de 50% (cenário III) da variável do risco considerado.

Instrumento/operação	CDI provável	Efeito		
		Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Aplicação financeira	6,50%	1.410	1.762/1.057	2.115/705
Efeito total líquido		1.410	1.762/1.057	2.115/705

Instrumento/operação	Dólar provável	Efeito		
		Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Clientes / Add a fornecedores no exterior	3,85	(181)	3.264/(3.628)	6.711/(7.073)
Empréstimos e financiamentos - ACC	3,85	261	(4.701)/5.224	(9.664)/10.186
Intercompany	3,85	1.258	(22.645)/25.161	(46.548)/49.064
Efeito total líquido		1.338	(24.082)/26.757	(49.501)/52.177

26.2. Instrumentos financeiros por categoria

Instrumentos financeiros	Empréstimos e recebíveis	
	2018	2017
Ativos:		
Contas a receber de clientes	125.525	98.323
Caixas e equivalentes de caixa	21.945	25.403
Bancos conta Vinculada	6.892	5.344
Depósitos judiciais	59.362	57.757
	213.724	186.826

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

	2018	2017
Passivos:		
Empréstimos e financiamentos	105.649	94.338
Fornecedores e outras obrigações (i)	23.842	21.521
Fornecedores partes relacionadas	29.537	22.740
Partes relacionadas	151.080	161.251
	310.108	299.850

(i) Composto por fornecedores e outras obrigações. **26.3. Gestão de capital** - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	(105.649)	(94.338)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	21.945	25.403
Dívida líquida (excedente de caixa)	(83.704)	(68.935)
Patrimônio líquido	437.987	392.532
	354.283	323.597

26.4. Hedge accounting - Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía *hedge* de fluxo de caixa para a proteção da variação do risco de taxa de câmbio de empréstimos. A Companhia, correlacionará a variação do seu objeto de *hedge* para proteger a exposição ao Dólar decorrente dos empréstimos e recebíveis em moeda estrangeira. O impacto do câmbio sobre o fluxo futuro de caixa em dólares derivados destas exportações altamente prováveis será compensado com a variação cambial dos passivos designados, eliminando, em parte, a volatilidade do resultado com essa variável do câmbio. O instrumento de *hedge* em 31 de dezembro, corresponde a R\$145.305 mil, e a parcela efetiva da variação cambial de empréstimo designado e qualificado como *hedge* de fluxo de caixa, reconhecida no patrimônio líquido na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", corresponde a R\$21.255 mil.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Juan Antonio Vera Garcia - Presidente

Jose Manuel Martinez Sanchez
Victor German Bermejo Becerra
José Agustín Bonilla Durán
Eric Marcos Futino
Roberto Ken Nagao

DIRETORIA

José Luis Gonçalves de Almeida
Diretor Geral

José Ricardo Uchôa Cavalcanti Almeida
Diretor de Administração e Gestão

CONTROLLER

Silvio Roberto Romão da Silva
CRC - BA - 19.522/O-8 - TC

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Deten Química S.A.**

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Deten Química S.A. ("Companhia" ou "Deten"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deten Química S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria** - Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior. **Porque é um PAA - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido** - A Deten não efetua o recolhimento dos valores referentes a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) uma vez que é beneficiária de sentença judicial transitada em julgado que lhe assegurou o direito ao não recolhimento da CSLL. Contudo, a Secretaria da Receita Federal (SRF) argumenta que a sentença transitada em julgado não resguarda a Companhia. Neste contexto, a Companhia recebeu atuações referente aos exercícios fiscais de 1997 a 2013, pelo não recolhimento da CSLL. A Companhia vem realizando depósitos judiciais dos referidos valores os quais totalizavam R\$46.335 mil em 31 de dezembro de 2018. Com base no posicionamento dos advogados externos, a Companhia não mantém registro de provisão referente a estes autos de infração. Dadas as circunstâncias acima descritas, consideramos que este assunto é uma área de foco em nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e a necessidade de envolvimento de especialistas para avaliar o tema. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** - Efetuamos os seguintes principais procedimentos de auditoria: Obtivemos a documentação da sentença original transitada em julgado para corroborar a existência de documentação suporte para o direito da Companhia. Obtivemos relatório dos assessores jurídicos externos da Companhia, contendo o posicionamento com relação

a probabilidade de perda em processo judicial em curso em que a Companhia recorre das atuações realizadas pela SRF para os anos fiscais de 1997 a 2013. Submetemos as documentações obtidas aos nossos especialistas tributários e jurídicos para a análise das circunstâncias específicas do processo que suportam o posicionamento para a matéria em questão. Efetuamos procedimentos de validação da existência dos depósitos judiciais realizados no contexto da ação judicial em curso. As evidências obtidas com base nos procedimentos acima corroboram o entendimento e abordagem da administração em relação ao tema no contexto das demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da diretoria e balanço social, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da diretoria e balanço social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da diretoria e balanço social, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluímos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo

profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 10 de abril de 2019.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Mauro Ardito
Contador
CRC 1SP188307/O-0